

REMIÇÃO DA PENA E SEUS BENEFÍCIOS

REMISSION OF THE PENALTY AND ITS BENEFITS

Gabriela Vieira Rocha¹
Thiago de Almeida Feller²

RESUMO: A presente pesquisa teve como objetivo apresentar o instituto da remição de pena, previsto na Lei de Execuções Penais (Lei nº 7210/84) e na Resolução nº 391/2021 do CNJ, com o objetivo de explicitar os benefícios, por meio de pesquisas bibliográficas, que este meio de reintegração social pode trazer para a sociedade, afastando índices de reincidência e ampliando o percentual de ressocialização. Assim, foram utilizadas bibliografias e reportagens que narraram a vida de ex-detentos que se afastaram da criminalidade, pois enquanto no sistema, tiveram acesso a oportunidades de ocupações lícitas. Por fim, tem-se como resultado almejado que este projeto consiga demonstrar aos leitores a magnitude do tema ora abordado, de modo que contribua para a mitigação do preconceito que envolve a remição de pena.

Palavras-chave: Remição. Execução Penal. LEP. Ressocialização. Preconceito.

ABSTRACT: The present research aimed to present the institute of sentence remission, provided for in the Criminal Executions Law (Law nº 7210/84) and in Resolution nº 391/2021 of the CNJ, with the aim of explaining the benefits, through bibliographical research, that this means of social reintegration can bring to society, reducing recidivism rates and increasing the percentage of resocialization. Thus, reports were used that narrated the lives of former inmates who moved away from crime, because while in the system, they had access to opportunities for legal occupations. Finally, the desired result is that this project will be able to demonstrate to readers the magnitude of the topic addressed, in a way that contributes to mitigating the prejudice that involves the remission of sentences.

3081

Keywords: Redemption. Penal execution. LEP. Resocialization. Prejudice.

RESUMEN: La presente investigación tuvo como objetivo presentar el instituto de remisión de pena, previsto en la Ley de Ejecución Penal (Ley nº 7210/84) y en la Resolución nº 391/2021 del CNJ, con el objetivo de explicar los beneficios, a través de la investigación bibliográfica, que esta vía de reinserción social puede aportar a la sociedad, reduciendo las tasas de reincidencia y aumentando el porcentaje de resocialización. Así, se utilizaron reportajes que narraban la vida de ex reclusos que se alejaron de la delincuencia, porque mientras estuvieron en el sistema tuvieron acceso a oportunidades para ocupaciones legales. Finalmente, el resultado deseado es que este proyecto sea capaz de demostrar a los lectores la magnitud del tema abordado, de manera que contribuya a mitigar el prejuicio que implica la remisión de penas.

Palabras clave: Redención. Ejecución penal. LEP. Resocialización. Prejuicio

¹Formanda em Direito na Universidade de Gurupi- UNIRG.

²Professor orientador no curso de direito na Universidade de Gurupi-UNIRG.

Mestrado em gestão de políticas públicas pela UFT, pós-graduado em Direito Ambiental, pós-graduado em gestão de segurança pública; perito papiloscopistas no estado do TO, professor concursado UNIRG.

INTRODUÇÃO

A remição de pena é um tema continuamente alvo de preconceito e repulsa por parte da sociedade brasileira que desconhece o real objetivo do referido instituto, que vai muito além da simples diminuição de dias de prisão, mas fornecer meios para que o reeducando encontre ocupações lícitas ao sair do sistema, em vez de retornar às práticas criminosas.

Seria utópico acreditar que todos aqueles que participam dos projetos de remições existentes não mais reincidirão pois, como é sabido, existem pessoas que dedicam sua vida ao crime, de forma que levam como uma espécie de “mantra” e continuarão a reincidir, independente de quantas oportunidades lhe sejam ofertadas.

Todavia, existe uma parcela pouco vista pela sociedade, sendo esta ocupada pelas pessoas que, ao se depararem com as duras consequências do cárcere, aliado às chances dadas pelo Estado, decidem mudar os destinos de suas vidas e caminham rumo à integridade.

Neste viés, é importante que as pessoas compreendam a importância da remição, tendo em vista que se trata um poderoso instrumento no combate à reincidência criminal. Assim, este artigo possui como objetivo geral apresentar os benefícios provenientes da remição de pena no âmbito da Execução Penal, de modo que auxilie no combate ao preconceito existente na maioria das pessoas no que tange às remições.

3082

Ao longo do texto, este trabalho abordará os seguintes objetivos específicos: conceituar o instituto da remição de pena e apresentar a sua previsão legal; discorrer sobre a aplicação das remições e suas dificuldades e sobre o que alguns profissionais do Direito Penal dizem a respeito da possível diminuição de reincidência e os benefícios da remição, de forma que ajude a solucionar a problemática preconceituosa sobre este instituto.

MÉTODOS

Este trabalho utilizará método bibliográfico, fundamentado nos escritos de doutrinadores penalistas, bem como fará uso de reportagens científicas para trazer exemplos práticos de pessoas que mudaram de vida em razão da aproximação com os estudos ou trabalhos no sistema prisional. Além deste, também será utilizada uma pesquisa feita por meio de um questionário realizado na plataforma do Google, para explicitar o preconceito por parte de algumas pessoas no que diz respeito às remições.

O presente artigo visa estudar um assunto que diz respeito à população carcerária brasileira, mais especificadamente sobre o preconceito que permeia a sociedade no que diz respeito às remições de pena.

RESULTADOS

Fora realizado um questionário com indagações sobre os assuntos que permeiam a remição de pena, de forma que se tornou possível extrair o que as pessoas pensam sobre este instituto para melhor elucidação da problemática aqui abordada.

Assim, como dito anteriormente, a sociedade não acredita que as remições tenham resultados práticos. Além de tudo, contrariam o efetivo cumprimento da sentença condenatória.

Ao fim da pesquisa, obteve-se as seguintes respostas para as respectivas perguntas:

1. Você acredita que a sociedade (incluindo você) possui um certo preconceito no que tange às remições? Caso sua resposta seja afirmativa, de forma resumida, explique o porquê.

-R= Eu não tenho esse preconceito. Mas a sociedade sim, pois existe apenas o desejo de castigar e isolar a pessoa do convívio pelo maior tempo possível.

-R= Sim, existe preconceito em relação às remições de pena, devido à desconfiança na reabilitação dos reclusos, uma visão punitiva da justiça, falta de informação sobre os benefícios e critérios da remição, e a influência de casos mediáticos que geram indignação pública. Esses fatores destacam a necessidade de maior educação e diálogo sobre os objetivos e benefícios da remição de pena.

-R= Sim, atualmente vejo que a sociedade tem uma visão punitivista para a pena. Percebo que querem que o apenado seja obrigado a trabalhar, mas que esse trabalho seja feito dentro da unidade penal, afirmando que caso seja fora estaria "roubando" os empregos das "pessoas de bem". Não sabem ou não se importam com o caráter ressocializador.

-R= Sim, porque parece ser uma burla ao cumprimento real da pena. Não vejo que as remições (trabalho e estudo) resultam em algo. A ideia é ótima, mas acho nosso sistema carcerário falido. Faltam oficinas práticas, mecânica, padaria, artesanato, etc. para o apenado ao final de sua pena ter realmente uma profissão e uma chance de mudar de vida. Apenas ler por ler qualquer conteúdo não vejo resultado prático.

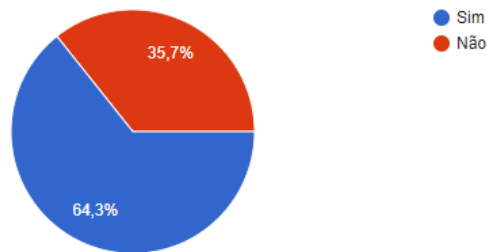
-R= Não tenho preconceito, sou realista e criminoso não deve ter tantos direitos assim. Deveria ficar preso integralmente e ser obrigado a trabalhar para gerar seu próprio sustento dentro do sistema carcerário. Chega de romantizar a vida bandida.

-R= Não um preconceito, mas a sociedade vê que muito se faz pelos presos e pouco se faz pelas vítimas. Diante disso, entendem que não seja justo ofertar mais um benefício a eles.

2. **Você acredita que a remição de pena contribui, de forma indireta, para o bem da sociedade?**

Votação sobre a pergunta nº 02

42 respostas

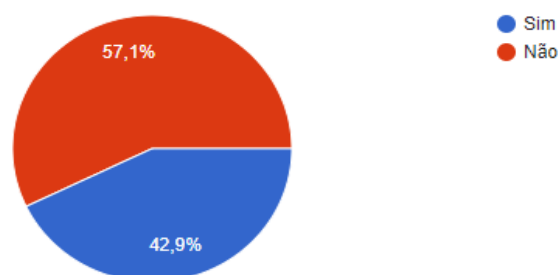


3084

3. **Você acha que as remições de pena trazem consigo uma sensação de impunidade?**

Votação sobre a pergunta nº 03

42 respostas



4. **Por fim, caso NÃO concorde com as remições, cite as desvantagens do referido instituto.**

-R= A sensação de impunidade e de premiar o preso que está apenas cumprindo algo que é uma obrigação moral de qualquer pessoa.

-R= Não concordo, a desvantagem é que o Brasil tem uma taxa de 39,5 mil homicídios por ano, isso se compara a guerras. E isso tudo ocorre com essas políticas de benefícios e proteção aos criminosos.

-R= Aumenta a sensação de impunidade; não alcança o efeito pretendido pela sentença; entendo também que não seja justo com as vítimas de determinados crimes, vez que, no caso do homicídio consumado, por exemplo, a pessoa que foi morta não terá nenhuma oportunidade, enquanto o preso sim; além do mais, poucos buscam a ressocialização, a maioria permanece no crime, de forma que este instituto só antecipa a sua saída.

-R= Impunidade, sensação de insegurança e injustiça, estímulo às práticas criminosas

DISCUSSÃO

1.1- Remição de pena

O instituto da remição surgiu no direito brasileiro através da Lei de Execuções Penais, no ano de 1984, com o objetivo de ressocializar os indivíduos em estado de cumprimento de pena e, conforme dispõe Julio Fabbrini Mirabete, trata-se de um meio de “*redenção da pena privativa de liberdade*”, assim, temos a remição disposta no Art. 126 da Lei 7210/1984 que diz que:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

No Brasil (como regra geral) não existem penas perpétuas diante disso, é necessário que se pense além da punição, já que, em dado momento o indivíduo retornará ao convívio social. Diante disso, conceitua Nucci o seguinte:

O caráter preventivo da pena desdobra-se em dois aspectos, geral e especial, que se subdividem em outros dois. Temos quatro enfoques: a) geral negativo, significando o poder intimidativo que ela representa a toda a sociedade, destinatária da norma penal; b) geral positivo, demonstrando e reafirmando a existência e eficiência do Direito Penal; c) especial negativo, significando a intimidação ao autor do delito para que não torne a agir do mesmo modo, recolhendo-o ao cárcere, quando necessário e evitando a prática de outras infrações penais; d) **especial positivo, que consiste na proposta de ressocialização do condenado, para que volte ao convívio social, quando finalizada a pena ou quando, por benefícios, a liberdade seja antecipada.**

A priori, houve a introdução da remição por trabalho, e, posteriormente, através da Lei 12433/2011. O estudo também passou a ser considerado como uma forma de remição. Em 2021,

buscando ampliar ainda mais os meios de remição de pena, o CNJ, por meio de da Resolução nº 391/2021, estabeleceu a possibilidade da remição por leitura. Nesta senda, relata o autor Rodrigo Duque que:

A remição por leitura também se ancora juridicamente no direito que as pessoas presas ou internadas possuem de estabelecer contato com o mundo exterior por meio da leitura (art. 41, XV, da LEP e Regra 63 das novas Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos).

A chamada “RPL” trata-se da leitura de livros no prazo de 21(vinte e um) a 30(trinta) dias e ao final, realizar-se-á uma “resenha”, isto é, um resumo de pontos significativos, na visão do leitor, acerca da obra literária lida. Por fim, prevê a Resolução em comento que a cada obra literária lida, o apenado irá obter 04(quatro) dias remidos, com um limite de 12(doze) livros por ano.

Destaca-se a importância do instituto em questão tendo em vista que ainda que não existam dados contabilizados e concretos, a chance de que as remições contribuam para a queda da reincidência é imensa, já que oportunidades são entregues aos apenados para que se reintegre nos aspectos pessoal, social, produtiva e cognitiva. Assim ensina Julião:

Compreende que a educação deve garantir as seguintes competências: pessoal (relaciona-se com a capacidade de conhecer a si mesmo, compreender-se, aceitar-se, aprender a ser); social (capacidade de relacionar-se de forma harmoniosa e produtiva com outras pessoas, aprender a conviver); produtiva (aquisição de habilidades necessárias para produzir bens e serviços, aprender a fazer); e cognitiva (adquirir os conhecimentos necessários ao seu crescimento pessoal, social e profissional, assegurar a empregabilidade e/ou trabalhabilidade).

1.2- A aplicação das remições e suas dificuldades

O instituto em questão possui um ótimo objetivo, disposto na lei de forma justa e que teria bons resultados se a realidade fosse igual à teoria. Infelizmente, a sociedade recrimina as práticas que visam promover bons estímulos aos encarcerados, além de que, o próprio Poder Público negligencia muitos cuidados que deveriam ter com esta população em cumprimento de pena, de modo que impossibilita que o que fora estipulado em lei alcance o seu real objetivo.

Destaca-se que o Brasil possui uma das maiores populações prisionais em comparação com os demais países do mundo, o que ocasiona a tão falada superlotação. Insta salientar, que se tornou comum ouvir que os presídios são escolas/faculdades do crime. Isto ocorre justamente porque a superlotação obsta a efetiva execução da LEP, pois com um número muito maior que o sistema pode suportar, torna-se difícil individualizar os reeducandos de

acordo com a atividade que necessitam, torna-se complexo também ofertar boas ocupações para todos estes presos.

Temos um sistema voltado a uma visão extremamente punitivista e pouco ressocializadora, com vistas tão somente a efetivar a sentença condenatória, esquecendo-se que em algum momento aquele que hoje se encontra preso, retornará ao meio social. Por falta de interesse estatal, muitos detentos ficam à mercê da degradação humana, pois há um grande desrespeito às normas da LEP no que diz respeito às condições salubres das celas e estabelecimentos prisionais.

A superlotação dificulta ainda a aplicação das remições, tendo em vista, que não há aparato suficiente para suprimir a demanda de todos os presos, os quais certamente ficarão em situação de ociosidade. Outrossim, Lucas Andres Arbage aprecia que:

“É recorrente a carência de apoio dentro da instituição prisional principalmente no sentido de que os agentes estatais (como por exemplo os agentes prisionais, administradores do presídio, dentre outros), infelizmente muitas vezes dificultam a instituição de processos de reintegração social do apenado, apresentando uma visão meramente punitivista do sistema prisional.”

Através de dados obtidos por questionário, é possível verificar a visão da sociedade brasileira acerca do que pensam sobre as remições, em especial no que diz respeito à ineficiência do referido instrumento ressocializador na visão prática, isto é, não é possível verificar se as remições tem sido aplicadas de forma efetiva e se tem obtido bons resultados, seja por descuido do Poder Estatal por não as aplicar corretamente, seja por não divulgar os bons feitos.

Diante desta problemática, faz-se necessário que o Estado reaja a tal problemática e busque meios de alcançar soluções para os problemas que permeiam a Execução Penal, pois se continuar da forma que encontra-se atualmente, as taxas de reincidência dificilmente diminuirão, porque o preso não sairá ressocializado do sistema.

É imprescindível que as autoridades públicas tracem mecanismos para ofertar atividades que atinjam diretamente a população, de forma que essas pessoas passem a visualizar como as remições funcionam e as benesses que a sociedade pode desfrutar, além, é claro, da provável diminuição de reincidência.

Também convém destacar a importância que estas atividades possuem no que diz respeito à reintegração social do apenado. Primeiramente, por exemplo, reeducandos que não eram criminosos contumazes passarão menos tempo encarcerados junto aos faccionados, o

que conseqüentemente os distancia da possibilidade de se converterem a um caminho sem volta. Continuamente, estas pessoas passarão a desenvolver ofícios, descobrir dons/talentos e se encontrarem em profissões, tais como: barbeiro, pedreiro, pintor, eletricista, bem como também poderão alçar nível superior e assim se profissionalizarem de acordo com o curso realizado e ao tornar-se egresso do sistema, proporcionando meios de vida longe das ilicitudes.

Assim, infere-se que os estabelecimentos não devem objetivar apenas a efetivação da sentença, mas também um local de cura, reinserção e reeducação. Neste sentido, conceitua Luiz Antonio Bogo Chies que

“Sob essa ótica a prisão não pode ser simplesmente um local de custódia ou um local de castigo retributivo, mas sim deve ser um local de cura. Seu objetivo proprietário tem que se embasar num discurso de recuperação do apenado.”

Labores que resultem na entrega de algo à sociedade surtem ótimos efeitos. Diante disso, é interessante que as Unidades Penais em conjunto com o poder estatal, tracem formas de possibilitar aos apenados que façam atividades que impactem a sociedade, como por exemplo, reforma de prédios públicos (Delegacias, Fóruns, Estabelecimentos Prisionais...), produzir materiais de construção (ex: tijolos), cultivar legumes e demais alimentos para serem entregues aos orfanatos, asilos, escolas e universidades públicas.

Obviamente, estas ocupações não deverão ser oportunizadas a todos de forma deliberada e indiscriminada, devendo haver, com base no princípio da individualização da pena, uma análise do perfil do condenado, características pessoais, bom comportamento durante o cumprimento de pena, habitualidade criminosa dentre outros aspectos que são importantes para a identificação do preso.

1.3- Possível redução da reincidência

Inexistem pesquisas concretas acerca da redução da reincidência comparando os egressos que remiam as suas penas com os que não remiam. No entanto, por meio de alguns isolados textos coletados, é possível constatar que há sim uma diminuição, pois uma parcela dessas pessoas passam a exercer labores lícitos, bem como dão continuidade aos seus estudos ocasionando, então, a redução do percentual de reincidência.

Neste sentido, em sua tese de doutorado, Elionaldo Fernandes Julião realizou pesquisa de campos nas unidades prisionais do Estado do Rio de Janeiro com vistas a elucidar como os

projetos ofertados pela Unidade em busca da profissionalização e educação dos apenados alcançam o objeto da reintegração social. Diante disso, Julião constatou que:

Através de dados evidenciados no estudo, é possível afirmar que os **internos que participam dos projetos educacionais e laborativos apresentam “predisposição à ressocialização”, assim como também apresentam características distintas daqueles que não estudam e nem trabalham.** Quando comparamos o trabalho ao estudo, evidencia-se que ambos são significativos, porém, **enquanto o estudo no cárcere diminuiu a probabilidade de reincidência em 39%, o trabalho na prisão diminui essas chances em 48%.** Ou seja, os referidos dados não ratificam a hipótese apresentada no início da pesquisa de que o efeito do estudo é superior ao do trabalho na reinserção social do apenado. (...) Em linhas gerais, através dos resultados deste estudo, podemos afirmar que **(trabalho e estudo) apresentam papel significativo na reinserção social dos apenados, diminuindo consideravelmente a sua reincidência.** Ou que quem tem disposição para se reinserir tem mais predisposição a estudar e trabalhar. Por outro lado, ao contrário do que se imaginava, o efeito da educação é inferior ao do trabalho como programa de reinserção social para a política de execução penal, pois apresenta dados menos significativos.

Igualmente, uma reportagem trazida pelo CNJ, no ano de 2017, trouxe a fala de uma servidora que trabalha no sistema prisional, revelando informações empolgantes para a população no que tange ao bom desenvolvimento dos presos e a efetiva reintegração social após a saída destes do sistema prisional:

Segundo a servidora Aline Mesquita, que trabalha com leitura no sistema prisional do Pará, os ganhos apresentados por quem lê são notados rapidamente na forma de se expressar dos presidiários. “Os presos que leem aumentam a capacidade de interpretar textos, melhoram o poder de síntese e aprimoram as habilidades ligadas à escrita. Vamos lançar uma coletânea com as melhores resenhas feitas por presos das diferentes casas penais”, anuncia. Os resultados da leitura no cárcere não são apenas linguísticos. **Desde o início da Arca da Leitura, seis anos atrás, 298 presos participaram do projeto e nenhum deles voltou ao mundo do crime, garante Aline.”**

No mesmo sentido, ressalta Julião acerca da importância dos estudos no processo de ressocialização e distanciamento da ociosidade o que é algo muito comum na vida dos presos, vejamos:

A educação em espaços de privação de liberdade pode ter principalmente três objetivos imediatos que refletem as distintas opiniões sobre finalidade do sistema de justiça penal: **(1) manter os reclusos ocupados de forma proveitosa;** (2) melhorar a qualidade de vida na prisão; e **(3) conseguir um resultado útil, tais como ofícios, conhecimentos, compreensão, atitudes sociais e comportamento, que perdurem além da prisão e permitam ao apenado o acesso ao emprego ou a uma capacitação superior, que, sobretudo, propicie mudanças de valores, pautando-se em princípios éticos e morais.** Esta educação pode ou não se reduzir no nível da reincidência. Já os demais objetivos fazem parte de um objetivo mais amplo que a reintegração social e desenvolvimento potencial humano.”

Assim, por uma dedução lógica, quanto mais pessoas encarceradas alcançarem ofícios que lhe darão boas oportunidades de vida ao saírem do sistema e retornarem ao convívio social, possivelmente não mais cometerão novos crimes. Diante disso, conseqüentemente o nível de reincidência diminuirá.

Políticas públicas devem ser voltadas especialmente para a reinserção social do apenado, de forma que este desenvolva valores humanos e reveja a vida e os caminhos que deseja trilhar ao tornar-se egresso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados colhidos a partir de um questionário realizado via Google e enviado para diversas pessoas, podemos verificar que muitos recriminam a remição de pena por não conseguirem visualizar na prática os benefícios que o referido instituto traz para a população brasileira. Apenas o entendem como sendo algo que irá retirar o caráter punitivo da pena de forma que fará com que nasça uma sensação de impunidade na visão daqueles que se encontram em situação de cumprimento de pena.

Neste mesmo sentido, as prisões são vistas pela comunidade (em sua maioria), como locais em que se deve empregar o uso de forças que façam com que o apenado seja punido pelas infrações cometidas, o que resulta em infinitas violações ao direito de proteção à dignidade humana. Além do mais, como dito no texto ora comentado, as penas possuem dois objetivos, quais sejam: o cumprimento da sentença e a ressocialização do indivíduo.

No contexto supra, a falta de apoio por parte das pessoas em fomentar os meios de reintegração e o fato de o poder estatal não aplicar a Lei de Execuções Penais de forma efetiva, faz desaparecerem os meios imprescindíveis para a aplicação dos estudos e trabalho, mitigando o instituto da remição, não alcançando a finalidade pretendida: a reeducação daquele que está preso hoje, mas que será libertado amanhã.

Iniciativas como a produção e cultivo de hortaliças, legumes e frutas, bem como manejo de bovinos e suínos com o objetivo de levar tais alimentos às escolas, creches, asilos, orfanatos e hospitais da rede pública, trariam grandes benesses ao instituto de remição, visto que muitas pessoas passariam a ver o tema em apreço, como algo que de fato faz com que os presos ocupem o seu tempo de forma proveitosa, desenvolvam um ofício e ainda ofereçam algo à comunidade de forma direta, pois indiretamente, será a redução de reincidência como consequência da reeducação.

A título de exemplo, a cidade de Gurupi/TO, recebeu casinhas feitas de pallets pelos presos da UTPC para abrigar cachorros e gatos de rua. O “Projeto Amigos dos Pets” é uma ação em que a Unidade e a Associação Vitória dos Bichos se uniram em prol dos animais que

ficam ao relento. No que diz respeito a isso, vejamos a fala do diretor da Unidade de Tratamento Penal de cariri/to (UTPC), Marcos Porto:

[...] as casinhas são feitas de pallets que seriam descartados, mas que são doados pelos empresários de Gurupi, sendo assim aproveitados e reutilizados [...]

A partir do exposto, faz-se necessário evidenciar que os responsáveis pela Execução Penal em conjunto com o Poder Público Estatal tracem formas de ofertar atividades que ensinem ofícios aos apenados, ao mesmo tempo em que lhe fornecem dias remidos e, além de tudo, proporcione à população a possibilidade de ter contato com as benfeitorias provenientes dos projetos de remição em que há o desenvolvimento profissional de pessoas presas.

A defesa da implementação verdadeira e efetiva das remições é essencial, com o suporte necessário e não apenas por mero cumprimento da lei. São necessárias políticas públicas que garantam acesso ao ensino EAD, com professores capacitados e trabalhos que qualifiquem profissionalmente o indivíduo, fortalecendo princípios e valores necessários para que os apenados possam conviver de forma amistosa no meio social, estando ressocializados.

REFERÊNCIAS

ARBAGE, Lucas Andres. **Ressocialização por meio da educação: um estudo de caso em Florianópolis**. 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Fronteira do Sul, Programa de pós graduação em Educação, Chapecó, 2017. Disponível em <VER LINK> Acesso em: 22 set. 2018.

3091

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496p. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União: 13 de Julho de 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm

BRASIL. Lei nº 12.433 de 29 de junho de 2011. Altera a lei nº 7210/84 de 11 de julho de 1984. Dispõe sobre a remição da pena por estudo. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, poder Executivo, Brasília, DF, 30 de Junho de 2011. Disponível em:

CHIES, Luiz Antonio Bogo. Prisão e estado: a função ideológica da privação de liberdade. Pelotas: Educat, 1997.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 391 de 04 de Maio de 2021. Dispõe sobre procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade. Brasília, 2021.

FERREIRA, Alessandro. “Custodiados da Unidade de Tratamento Penal de Cariri/TO confeccionam casinhas de paletes para animais em situação de rua de Gurupi/TO”. – 16 de Março de 2024. Disponível em: <https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/79720/custodiados-da-unidade-de-tratamento-penal-do-cariri-confeccionam-casinhas-de-paletes-para-animais-em-situacao-de-rua-de-gurupi>

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Sistema penitenciário brasileiro: a educação e o trabalho na política de execução penal. Rio de Janeiro: DP et Alli, 2012.

MONTENEGRO, Manuel Carlos. “Leitura na prisão muda destino de condenados”. – 29 de Novembro de 2017. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/leitura-na-prisao-muda-destino-de-condenados/>

MIRABETE, Julio Fabbrini. Execução Penal. 9^a ed. São Paulo: Atlas, 2000.

NUCCI, Guilherme de Souza, Manual de Direito Penal, 16^a Edição, Ed. Forense, p. 391/392.

ROSA, M. G. H. de S., & Silva, I. M. G. da. (2024). O IMPACTO DA LEITURA NA VIDA DO REEDUCANDO VAI ALÉM DOS MUROS DA INSTITUIÇÃO PRISIONAL. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, 10(5), 4240–4258. <https://doi.org/10.51891/rease.v10i5.14195>